

A atuação do London and Brazilian Bank no Brasil e em Portugal (filiais de Lisboa e do Porto) no período 1862-1870

Carlos Gabriel Guimarães

Prof. Dr. Associado II

Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (RJ/Brasil)

Pesquisador do CNPq

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a criação e a atuação do banco inglês **London and Brazilian Bank** no Império brasileiro e em Portugal (Lisboa e Porto), desde a sua fundação em 1862 até o ano de 1870, quando o banco promoveu uma reorganização e que culminou com a mudança do nome para **New London and Brazilian Bank**.

Há um consenso na historiografia econômica com relação ao aumento quantitativo e na forma de atuação (e organização) capital estrangeiro nas Américas e em outras regiões pós-1870. No tocante ao **Investimento Direto Estrangeiro** (IED), particularmente o investimento direto inglês na América Latina, Irving Stone, no clássico trabalho *British Direct na Portfolio Investment in Latin America before 1914*, chamou atenção para o seguinte:

*“From 1825 through 1875, less than one fourth of total British investment was direct; by 1885 this proportion had risen to one third. Thereafter, until World War I, more than 40 percent of British holdings were direct holdings. In absolute terms the three decades preceding 1913 witnessed the largest growth of direct investment with successive increments of L 150 million, L 95 million, and L 220 million respectively”*¹

A mensuração da presença do IDE na América Latina no século XIX não é fácil, pois, as fontes não são confiáveis, e muitas vezes é difícil distinguir o que foi investido em portfólio privado do que foi portfólio público (papéis da dívida pública). Mesmo com toda dificuldade, Albert Fishlow calculou que os ativos europeus no período de 1855 a 1914, aumentaram de US\$ 1,8 bilhões de dólares em 1855 para US\$ 35,8 bilhões (em 1870 foi de US\$ 6,4 bilhões). No entendimento de Fishlow, “antes de 1914,

¹ STONE, Irving. *British Direct na Portfolio Investment in Latin America before 1914*. **The Journal of Economic History**, vol. XXXVII, Nº 3 (September, 1977), p. 691. No tocante ao “British Portfolio Investment Overseas before 1870”, ocorreu uma controvérsia entre D. C. M. Platt e Peter Svedberg. Ver: SVEDBERG, Peter. *The Portfolio-Direct composition of private foreign investment in 1914 revisited*. **The Economic Journal**, 88 (December 1978), 763-777; PLATT, D. C. M. *British Portfolio Investment Overseas before 1870: Some Doubts*. *The Economic History Review*, Second Series, Volume XXXIII, Nº 1, February 1980, 1-16.

as variações no estoque de ativos se aproximam dos fluxos de investimento externo”.²

No caso do Brasil, Maria Barbara Levy e Flávio Saes chamaram atenção para o fato que embora “a maior parte das exportações de capital dos países industrializados orientou-se para títulos da dívida pública, mas, a partir da década de 1880, os investimentos privados (diretos e de portfólio) apresentaram magnitude igual do portfólio público”.³ Entretanto, analisando os mesmos dados de Marcelo de Paiva Abreu, que foram utilizados pelos autores, ocorreu uma tendência de crescimento do capital estrangeiro em investimentos diretos a partir da década de 1860, que aumentou de 1,3 milhões de libras em 1840 para 7,5 milhões de libras em 1865.⁴

Organizado em bancos, estradas-de-ferro, companhias de seguros e outros, o IED organizou-se como “free-standing companies”⁵ ou “investment groups”⁶, ou até mesmo “multinacional firm”⁷. Entretanto, tal processo só pode ser compreendido numa conjuntura de mudanças institucionais, como as que ocorreram a partir das décadas de 1850 e 1860 tanto nos países industriais, ou em vias de se tornarem, quanto nas regiões periféricas, Américas e outras, e que se intensificaram com a Grande Depressão do final do século XVIII (1873-1895).⁸ Tais mudanças possibilitaram o incremento dessas novas formas de organização do investimento direto estrangeiro, principalmente sob a forma de **Sociedades Anônimas de Responsabilidade Limitada** (S/A Limited).⁹

² FISHLOW, Albert. Lições do passado: mercados de capitais durante o século XIX e o período entre guerras. IN: Idem. **Desenvolvimento no Brasil e na América Latina: uma perspectiva histórica**. Tradução de Claudio Walter Abramo. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.270. Os dados foram retirados da Tabela 1, p. 272.

³ LEVY, Maria Barbara. Dívida externa brasileira 1850-1913: empréstimos públicos e privados. **História Econômica & História de Empresas**. Vol. IV, nº 1(2001), p. 50. Neste texto, Maria Barbara Levy retorna aos estudos sobre a presença do capital estrangeiro no sistema bancário brasileiro. Ver LEVY, Maria Barabara. The Banking System and Foreign Capital in Brazil. In: CAMERO, Rondo and BOVYKIN, V. I. (Eds). **International Banking 1870-1914**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1991, pp. 351-370. BORN, Karl Erish. **International Banking in the 19th and 20th Century**. Great Britain, Berg Publishers Lim., 1984.

⁴ ABREU, Marcelo de Paiva. A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931. **Estudos Econômicos**, vol. 15, nº 2, p. 168.

⁵ WILKINS, Mira. The Free-Standing Company Revisited. In: WILKINS, Mira and SCHRÖTER, Harm (eds.). **The Free-Standing Companies in the World Economy, 1830-1996**. Oxford: Oxford University Press, 1998., pp. 3-64.

⁶ CHAPMAN, Stanley D. British Free-Standing Companies and Investment Groups in Índia and the Far East. In: WILKINS, Mira and SCHRÖTER, Harm (eds.). **The Free-Standing Companies in the World Economy, 1830-1996**. Oxford: Oxford University Press, 1998, pp. 202-217.

⁷ JONES, Geoffrey. **British Multinational Banking, 1830-1990**. Oxford: Clarendon Press, 1993.

⁸ KINDLEBERGER, Charles P. **Manias, Pânico e Crashes. Um histórico das crises financeiras**. Porto Alegre, Ortiz/Gazeta Mercantil, 1992.

⁹ A respeito das mudanças institucionais e os investimentos estrangeiros cf. LANDES, David. **Prometeu Desacorrentado. Transformação Tecnológica e Desenvolvimento Industrial na Europa Ocidental desde 1750 até a nossa época**. Tradução de Vera Ribeiro e revisão de Cesar Benjamim. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994 (Capítulo 4, Eliminando a defasagem); DAVIS, Lance E. and GALLMAN, Robert

No Brasil, o aumento da participação (e da forma de organização) do capital estrangeiro esteve relacionado com a estabilidade política do Estado Imperial brasileiro pós-1850¹⁰ e com a adoção de uma política monetária contracionista, de corte metalista,¹¹ que criou as condições macroeconômicas para o estabelecimento dos novos **investimentos diretos** ingleses, principalmente nos bancos e nas ferrovias.¹²

Participando desde a década de 1840 como uma das principais casas comerciais inglesas exportadoras de café, a firma Edward Johnston & Co, através de seu principal diretor e organizador, o comerciante Edward Johnston, juntamente com os banqueiros privados da City inglesa organizaram um banco, o **London and Brazilian Bank Limited**, para atuar primeiramente no mercado brasileiro e, depois em outros mercados, como em Portugal, mais precisamente nas cidades de Lisboa e no Porto, aproveitando-se não só da conjuntura econômica e política dos dois países, como também da expansão do crédito e da liberalidade da **City inglesa** do período.¹³

Portanto, a presença do banco inglês em mercados menos desenvolvidos como o brasileiro e o português suscitou algumas questões como: Qual foi o principal motivo da criação de tal banco na city de Londres com filiais no Brasil e em Portugal? Que tipo de negócios desenvolveu o banco nesses mercados? Qual foi a reação das instituições bancárias no Brasil e em Portugal frente ao banco inglês? As respostas as tais perguntas, mesmo sendo esta pesquisa ainda preliminar, estão nos tópicos seguir.

E. *Envolving Financial Markets and International Capital Flow. Britain, the Americas and Australia, 1865-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001 (Chapter 1: The Institutional invention and innovation: Foreign capital transfers and the evolution of the domestic capital markets in four frontier countries: Argentina, Australia, Canada, and the United States, 1865–1914).

¹⁰ Sobre a consolidação do Estado Imperial brasileiro cf. CARVALHO, José Murilo de José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Relume Dumará, 1996, MATTOS, Ilmar H. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

¹¹ A respeito do metalismo e da teoria Quantitativa da Moeda cf. VILAR, Pierre. *Ouro e Moeda na História (1420-1920)*. Tradução de Philomena Gebran. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1980 (caps. XXXV, XXXVI e XXXVII)

¹² A respeito das empresas estrangeiras no Brasil cf. CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860-1913*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1979.. Sobre os bancos estrangeiros na América Latina, além dos citados trabalhos de Maria Barbara Levy, cf. VILLELA, André and BRIONES, Ignacio *European bank penetration during the first wave of globalisation: Lessons from Brazil and Chile, 1878–1913. European Review of Economic History*, 2006, 10, 329-359; TRINER, G. *Banking and Economic Development: Brazil, 1889–1930*. New York: Palgrave, 2000.

¹³ COLLINS, Michael. *Banks and industrial finance in Britain, 1800-1939*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991; NEAL, Larry and DAVIS, Lance. The evolution of the structure and performance of the London Stock Exchange in the first global financial market, 1812–1914. *European Review of Economic History*, 2006, 10, 279-300 (Cambridge university Press).

1. A Lei dos Entraves de 1860 e a criação do London and Brazilian Bank

A historiografia econômica brasileira tem enfatizado na importância da Lei nº 1.083, 2/08/1860, que restaurou o monopólio emissionista para o Banco do Brasil¹⁴. Tal lei era monometalista na sua essência econômica, ou seja, reintroduziu um regime monetário que tem como moeda padrão um metal precioso, no caso o ouro, “com valor de troca fixo entre o metal e o dinheiro, além de cunhagem livre e ilimitada”¹⁵. Essa lei, conhecida como a “Lei dos Entraves”, possibilitou o “retorno” ao padrão-ouro instituído no Brasil desde a reforma monetária de 1846.¹⁶

No nosso entendimento, as explicações sobre o porquê do Brasil ter retornado ao padrão-ouro, num momento em que só a Grã-Bretanha e Portugal adotaram tal padrão, foram de natureza política e econômica.¹⁷ A ascensão do Partido Conservador em 1857, partido esse “constituído de uma aliança da burocracia com o grande comércio (importador-exportador) e a grande lavoura de exportação”¹⁸, significou o fortalecimento do poder central em detrimento à descentralização política em favor das províncias, e a reação conservadora se acentuou com a repercussão da crise internacional de 1857 sobre a economia brasileira. Culpando a política econômica do liberal Bernardo de Souza Franco¹⁹, que fomentou a pluralidade bancária e as emissões de moeda por parte dos bancos emissionistas, a Comissão de Inquérito²⁰ encarregada pelo ministro da fazenda conservador Angelo Muniz da Silva Ferraz,²¹ concluiu que tal

¹⁴ PELAEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. 2ª ed. Brasília: UNB, 1981; NOGUEIRA, Denio. *Raízes de uma Nação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988; LEVY, Maria Barbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

¹⁵ A respeito do padrão-ouro cf. EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional*. Tradução de Sérgio Blum. São Paulo: Ed. 34, 2000 (capítulo 2: O Padrão ouro)

¹⁶ PELAEZ & SUZIGAN, op. cit; pp. 64-69.

¹⁷ A respeito de Portugal e a adoção do padrão-ouro em 1854 cf. ESTEVES, Rui Pedro e FERRAMOSCA, Fabiano. *O Mecanismo dos câmbios em padrão-ouro. Estabilidade cambial e violações dos pontos de ouro, 1854-1891*. Investigação-Trabalhos em curso nº 94, 2000; VALÉRIO, Nuno NUNES, Ana Bela. *Moeda e bancos*. In: LAINS, Pedro e Álvaro Ferreira da Silva(org.). *História Económica de Portugal 1700-2000*. Volume II, O Século XIX. 2ª Ed. Lisboa: ICS/UL, 2005, pp. 283-304.

¹⁸ CARVALHO, op. cit, p. 374.

¹⁹ Bernardo de Souza Franco, futuro Visconde de Souza Franco, foi ministro da fazenda de 4/05/1857 a 12/12/1858. O Partido Liberal, no entendimento de José Murilo de Carvalho, era constituído pela aliança entre profissionais liberais urbanos com os proprietários ligados a agricultura de mercado interno e de áreas mais recentes de colonização. Idem, p. 374.

²⁰ BRASIL. *Relatório da Comissão de Inquérito nomeada pelo Aviso do Ministério da Fazenda de 10 de outubro de 1859*. Rio de Janeiro, s.d.

²¹ Angelo Muniz da Silva Ferraz, futuro Barão de Uruguaiana, foi ministro da fazenda de 10/08/1859 a

política aumentou “os estoques de moeda além do nível ideal para a atividade econômica estável”, afetando a estabilidade cambial e os preços relativos.²²

Analisando os efeitos da política econômica conservadora, tabela 1 (anexo), verificamos que no período de 1859/1860 a 1861/62, “o estoque de moeda caiu 15%, os preços diminuíram em 8,5% e a moeda valorizou de 25 d/mil réis para 26 ½ d/mil réis”.²³

A lei dos Entraves foi bastante restritiva não só com relação aos bancos e as casas bancárias existentes, como também na criação de novos bancos. Entre os pontos principais da lei, destacamos os seguintes:

“1) os bancos criados por decretos do poder executivo período Souza Franco, ficavam proibidos de emitirem sob a forma de notas ou bilhetes ao portador (vales bancários), “quantia superior ao termo medio de suas emissões operadas no decurso do primeiro semestre do corrente ano”, enquanto não se mostrassem capazes de reembolsar os vales em ouro; caso não consigam efetuar tal operação, os bancos entrariam em liquidação_ Artigo 1; 2) o maior controle para a constituição de sociedades anônimas, que além de dependerem da autorização do governo, conforme constava no Código Comercial, passaram também a depender da aprovação da Assembléia Legislativa_ Artigo 2. Um adendo importante no Artigo 1, autorizou o Banco do Brasil e suas caixas filiais de continuarem a emitir, demonstrou a dificuldade do governo de eliminar a pluralidade de emissão no período.”²⁴

O resultado da política conservadora não tardou a surtir efeito. Se no período de 1851 a 1860 surgiram 16 bancos e casas bancárias nacionais na cidade do Rio de Janeiro, principal centro comercial e financeiro do Império brasileiro, sendo que 10 foram criados somente no período 1857-1860, após a lei dos Entraves, no período de 1861 a 1863, somente 5 bancos surgiram sendo que dois bancos eram de origem inglesa, o London and Brazilian Bank Limited e do The Brazilian and Portuguese Bank Limited. Além disso, houve, também, um aumento do número de falências das casas comerciais da Praça do Rio de Janeiro, chegando ao número de 105 em 1862.²⁵

A nova legislação, que dificultou a expansão dos bancos nacionais, concorreu para os interesses ingleses em operar num mercado onde a conversibilidade da moeda

2/03/1861, sucedendo o também conservador Sales Torres Homem, futuro Visconde de Inhomirim, ministro da fazenda no período de 12/12/1858 a 10/08/1859.

²² PELAEZ & SUZIAGAN, op. cit, p. 95

²³ NOGEIRA, op. cit, p. 373. Segundo o mesmo autor, a valorização do mil réis deveu-se, também, ao novo empréstimo feito no exterior no valor de L 1.373.000 tipo 90, juros 4,5% e prazo de 30 anos.

²⁴ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia., 1854/1866*. São Paulo, 1997, 320 p. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo. p. 229.

²⁵ Para se ter uma idéia de tal número, em 1858, um ano após a crise de 1857, 90 casas comerciais faliram.

garantissem seus interesses. Esse novo locus de investimento do capital inglês, com o aparecimento de empresas no setor financeiro e de infra-estrutura, como as estradas de ferro, marcou uma fase de estreita vinculação com as *atividades exportadoras*.²⁶

2. O London and Brazilian Bank no Brasil em 1862 e em Portugal 1863

O **London and Brazilian Bank Limited** foi criado em Londres no dia 13 de maio de 1862, e incorporado no dia 17 de maio do referido ano. Segundo o seu **Memorandum de Associação**, que foi traduzido para o português, e que se encontra no Arquivo Histórico do Ministério e Obras Públicas em Lisboa, a Sociedade Anônima denominada Banco de Londres e do Brasil (London and Brzilian Bank Limited) se constituía:

1. *A denominação da Companhia é Banco de Londres e do Brasil (sociedade Anônima);*
2. *A sede official é em Inglaterra;*
3. *Os fins da Companhia são estabelecer um banco de circulação e de depósito no Império do Brasil; tratar todas as transações relativas não só a estas operações, mas a quaesquer outros negócios bancarios; occuparse no Imperio do Brasil, ou em qualquer outra parte, de todas as transações relativas a operações, a empréstimo de dinheiro sobre penhor, ou por qualquer outra forma, a descontos, a venda e compra de juros e de câmbios, e em geral a todas as operações de negócios monetarios e, nestes intuitos, aceitar ou obter, possuir e observar os termos e condições de quaequer decretos, concessões, faculdades, decretos ou privilégios, ja feitos ou garantidas, ou que o venham a ser pelo Governo Imperial do Brasil, ou por outras quaesquer auctoridades, quer brasileiras quer d'outros países, em relação aos fins da Companhia; e finalmente praticar todas as mais actos que, de tempos e tempos, a Companhia julgue proveitosos para se attingir dos fins a que Ella se propõe. Mas a Companhia não emprehenderá operações, em que possa ser prejudicada a responsabilidade limitada dos seus accionistas; nem emitirá, nem pretenderá emitir notas (grifo nosso) no Reino da Gram Bretanha, enquanto não estiver legalmente habilitada a fazelo, sem affectar ou prejudicar, de modo algum, o limite da responsabilidade dos seus accionistas.*
4. *A responsabilidad dos accionistas é limitada;*
5. *O capital nominal da Companhia é de libras 1.000.000 divididos em dez mil acções de libras de 100 cada uma.*²⁷

²⁶ CASTRO, op. cit, p.12.

O respeito do London and Brazilian Bank Limited destacamos os trabalhos de:

JOSLIN, David. A century of banking in Latin America. London, Oxford University Press, 1963. (especialmente o cap.4 - "British banking in Brazil 1863-1880").

GRAHAN, Richard. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914. São Paulo, Brasiliense, 1973.

²⁷AHMOP. O Banco de Londres e do Brasil Sociedade Anônima (London and Brzazilian Bank Limited). **Memorando de Associação e Artigos de Associação. Incorporado em 17 de maio de 1862**. A ortografia de época foi mantida.

Entre os nomes dos subscritores do referido memorandum de associação do banco, e que se constituíram na primeira diretoria do banco, estava a firma inglesa Edward Jonston & Co, uma das maiores firmas exportadoras de café do Brasil²⁸, e de importante banqueiros privados (private bankers) da City de Londres_ quadro 1. Foi interessante constatar que, no mesmo Memorandum, constava uma lista de 320 acionistas. Os maiores acionistas eram os diretores Henry Louis Bischoffsheim, Edward Moon e de John Bloxan Elin com 500, 200 e 200 ações respectivamente, e constavam também como acionistas inúmeros negociantes, corretores, cavalheiros e banqueiros. Embora predominantemente ingleses, chamou a atenção nomes como Robert A Brenam, agente do Ottoman Bank em Londres com 20 ações, o negociante norte-americano (Nova York) Wotts Sherman com 50 ações, o negociante brasileiro (Rio de Janeiro) João Baptista Lopes Gonçalves com 20 ações, e para surpresa geral, Sales Torres Homem, “cavalheiro”, com 20 ações.²⁹

Quadro 1: Diretoria do London and Brazilian Bank Limited

Nome e Endereço	Profissão	Nº de ações tomadas por cada subscritor
James Alexander, 10, Kings Arms Yard, Londres	–	50
Henry Louis Bischoffsheim, 10, Angel Court, Londres	Banqueiro (Merchant Bank em Londres e Paris – Bischoffsheim & Goldschmidt)	50
John White Cater, 11, Mineing, Lane, Londres	Comerciante (Merchant Bank – Robert Benson and Co.)	50
Philip Charles Cavan, 29, Finsbury Circus, Londres	Negociante	50
Pascoe Charles Glyn, 62, Gresham House, Old Broad Street, Londres	Banqueiro (Private Bank – Glyn, Halifax, Mills & Co.)	50
Edward Johnston, Liverpool	Negociante (Trading Firm _ Edward Johnston & Co)	50
John Bloxan Elin, 34, Abchurch, Lane, Londres	-	50
Edward Moon, Liverpool	Negociante	50
Willian Freer Schönfeld, Aldborough, Boroughbridge	Banqueiro (Accepting House - Meyer & Schönfeld	50

Fonte: BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil 1862, op.cit.,p.325.

AHMOP. O Banco de Londres e do Brasil Sociedade Anônima (London and Brazilian Bank Limited).

Memorandum de Associação e Artigos de Associação.1862. GUMARÃES, op. cit.

²⁸ A respeito da Edward Johnston & Co. cf. BACHA, Edmar e GREENHILL, Robert. *Marcelino Martins & Edward Johnston. 150 anos de café.* 2ª ed.. Rio de Janeiro, Salamandra Cos. Ed., 1992.

²⁹ Idem.

O London and Brazilian Bank foi autorizado a funcionar no Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, através do Decreto nº 2.979, de 2/10/1862. Analisando e comparando esse decreto com o memorandum de associação do banco, dois pontos chamaram a atenção: a palavra **limitada** foi suprimida e a questão das emissões.

A supressão da palavra limitada estava relacionada ao fato de que não existia no Código Comercial brasileiro a companhia ou de sociedade anônima limitada, ou seja, a **sociedade de responsabilidade limitada (Limited by Guarantee)**, ou seja, a sociedade em que os sócios respondiam em caso de sua liquidação, até o montante do capital estipulado no contrato.³⁰ No entendimento das autoridades brasileiras, a responsabilidade era **ilimitada**. Com relação a possibilidade de poder emitir, como constava no Memorandum, no Brasil o banco só poderia realizar as operações de câmbio e de depósitos e descontos. No parecer da seção da Fazenda do Conselho de Estado, a “cabeça do governo” para José Murilo de Carvalho, que ao responder à consulta feita pelo imperador D. Pedro II sobre a criação do London and Brazilian Bank no Brasil, era favorável a criação do banco inglês, e destacou o seguinte:

“(…)

4º A companhia do London and Brazilian bank está organizada de conformidade com a legislação, por que se regem os estabelecimentos bancários na grã Bretanha, na categoria de Sociedade Anonima; sendo por isso a responsabilidade de seus membros limitada ao valor das acções que possuem; mas sujeita-se Ella as leis do Império, em tudo quanto possão ter applicação aos estabelecimentos que ahi fundar (grifo e destaque nosso).

É pois a maioria da secção de parecer, que o governo imperial prestará um serviço real ás industrias do paiz, permittindo a fundação do _London and Brazilian Bank_ na capital do Imperio, sob as condições

1º. Que este banco, além das operações de cambio, se lillimitará a fazer unicamente aquellas que são, ou forem permittidos aos bancos_ de descontos e depositos_ creados no Imperio por autorização do governo imperial:....

*2º. Que a companhia do _London and Brazilian Bank_ submeterá a administração deste estabelecimento ás leis, regulamentos que regem no Brasil, ou regerem no futuro os outros estabelecimentos da mesma natureza, fundados por _sociedades anonymas. (...)*³¹

O London and Brazilian Bank iniciou suas operações no Brasil em 1/02/1863, e segundo declarações do banco, publicada no Jornal do Commercio de 20/01/1863, o seu escritório era na Rua da Direita (atual 1º de Março) nº 49, e a gerência no Rio de Janeiro

³⁰ BRASIL. *Código Commercial do Imperio do Brasil*. Annotado com toda legislação do país que lhe é referente. Comentado por Sallustiano Orlando de Araujo Costa. 2ª ed. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1869.

³¹ Nº 714. Resolução de 27 de setembro de 1862. In: BRASIL. Conselho de Estado. *Consultas da Secção de Fazenda do Conselho de Estado*. Vol. 5. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1860-1865, p. 309.

confiada a uma comissão composta pelos seguintes nomes: John Saunders (comptroller), Thomas Jones Tenet (manager) e Joseph Levi Montefiori (chief cashier).³² No tocante as operações do banco, essas consistiam no seguinte:

- “1. Movimento de fundos com as praças estrangeiras;*
- 2. Desconto de letras de cambio e da terra, cujo prazo não exceda 4 meses;*
- 3. Recebimento de dinheiro a prazo fixo e em conta corrente mediante o juro que foi convencionado;*
- 4. Empréstimos e créditos especiais no Rio de Janeiro e em Londres sobre caução edônea;*
- 5. Emissão de créditos circulares sobre as principais praças da Europa*
- 6º. Compra e venda de espécies metálicas;*
- 7º Compra e venda por conta alheia d fundos públicos e outros títulos de valores, aceite e cobrança de letras, recebimentos e pagamentos de juros e dividendos e remessa das sommas realizadas a condições razoáveis”³³*

Analisando o balanço do primeiro ano, 1863/1864, gráficos 1 e 2, e anexo 2, mesmo com toda complexidade do mesmo em virtude de não seguir um padrão contábil, no tocante aos ativos houve um aumento considerável de mais de 100% dos empréstimos em conta corrente e de letras a receber, e de 40% nas letras descontadas. O caixa em moeda corrente declinou em 19%, e o caixa em conta com o Banco do Brasil aumentou em 40%. Com relação ao passivo, houve um aumento do seu capital de £ 1.000. 000 para £ 1.500.000, e os depósitos aumentaram em mais de 100%. A respeito deste considerável avanço no primeiro ano, que culminou com aumento do seu caixa total, o banco conseguiu autorização do governo imperial em abrir caixas filiais em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, decretos de 1/09/1863 e 1/12/1863 respectivamente, e “tem também caixas filiais pautadas as operações em Lisboa e Porto”.³⁴

No Relatório do ano de 1864, apresentado aos acionistas pela diretoria em Londres, além de detalhar sobre o aumento do capital do banco por meio da emissão de mais de 5.000 acções a £100, e destas “novas acções entregara-se 2.800 aos accionistas do banco anglo-portuguez, que fez fuzão com o London and Brazilian, e 200 forão vendidas com premio”³⁵. Embora não especificasse que fusão foi essa, o aumento do capital estava associado ao aumento do número de caixas filiais no Brasil e em Portugal.

³² London and Brazilian Bank Limited. Declarações. **Jornal do Commercio**, 20/01/1863, p. 1, coluna 6.

³³ Idem.

³⁴ London and Brazilian Bank Limited. **Jornal do Commercio**. Suplemento do Jornal do Commercio, p. 3, coluna 4.

³⁵ Assembleia Annual do London and Brazilian Bank Limited. Correspondencia Commercial. Lisboa, 29/01/1864.

Essas novas despesas afetariam o lucro e os dividendos, o que ficou comprovado com o seguinte:

“Depois de deduzidas todas as despesas de instalação tanto o banco como das duas caixas filiaes (£ 6.581), as despesas das agencias, e reservando uma quantia para compensar os creditos de má ou incerta cobrança (£ 7.703), foi o lucro liquido de £ 13.556.7sh.9d.(sendo o lucro total £ 40.650.12.3.) que a direcção propoz seja empregado do seguinte modo:

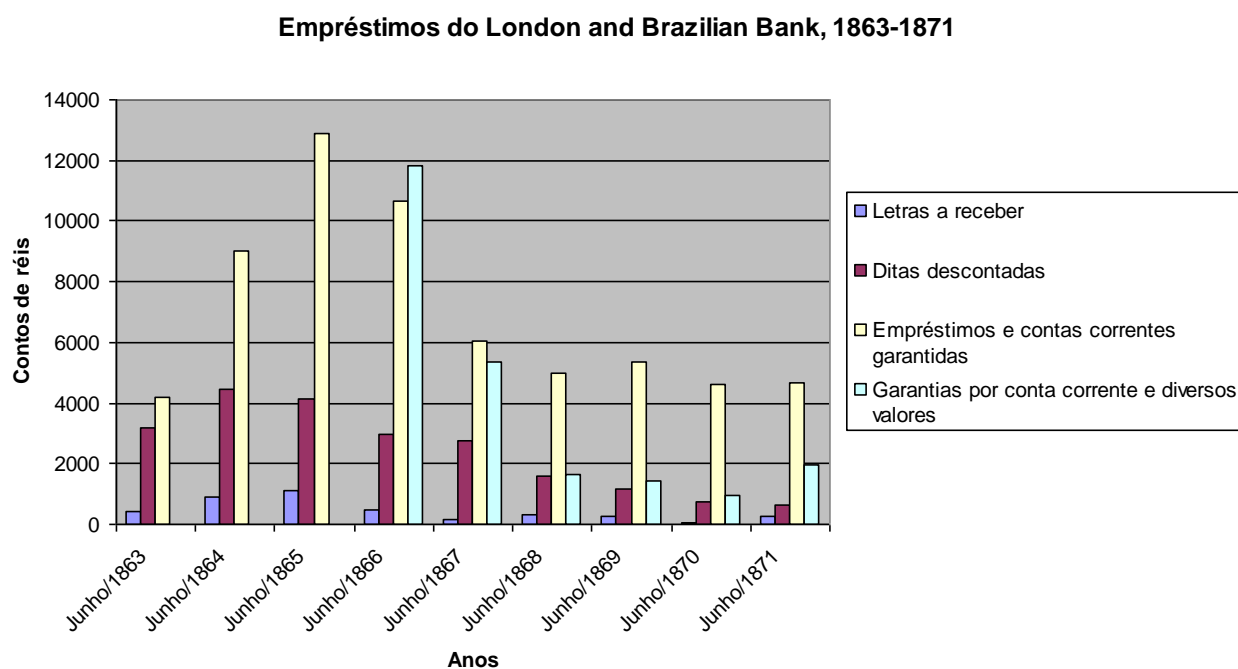
1ª Para pagar um dividendo (deduzindo o imposto income law) de 17sh. e 6d. por cada acção, o que corresponde a 5% ao anno em relação ao capital entrado.

2ª Para juntar ao fundo de reserva £ 810.5, o que eleva esse fundo a £ 20.000.

3ª Para levar o saldo de 1.371.2.9, a credito de conta nova para a futura gerencia.

Confia a direcção que os accionistas não de ficar satisfeitos com os resultados obtidos pela gerencia, principalmente attendendo ao seu limitado periodo, e as difficuldades com que todo estabelecimento novo tem a lucrar no seu começo. Agora, porém, que o banco já está conhecido, e já provou o que podia fazer, a direcção, mostrando plena confiança nos directores do estabelecimento que continuão a gerir as transacções do banco”.³⁶

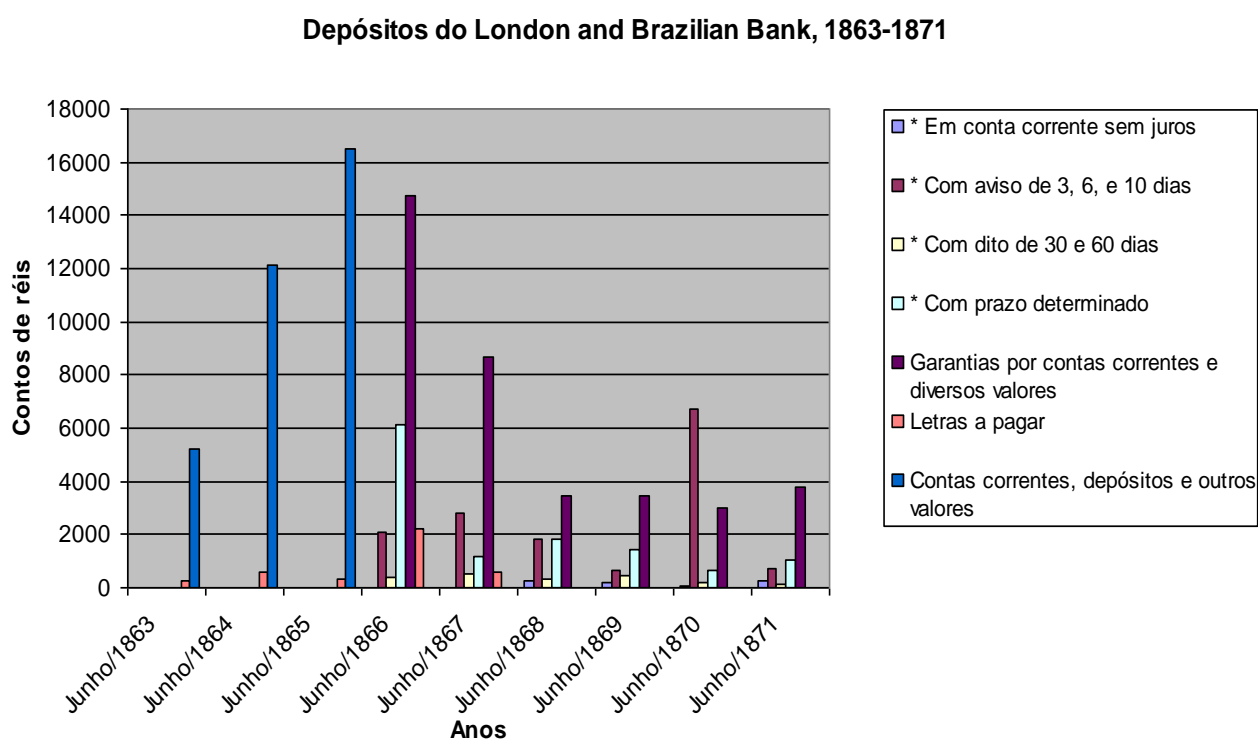
Gráfico 1: Empréstimo e Garantias do London and Brazilian Bank, 1863-1871



Fonte: Anexo 2

³⁶ Idem.

Gráfico 2: Depósitos do London and Brazilian Bank, 1863-1871



Fonte: Anexo 2

A respeito da criação das filiais em Portugal, assim como ocorreu com o Brasil, as condições macroeconômicas no início dos anos 1860, foram favoráveis à entrada do banco no mercado bancário português. Depois de uma situação crítica política envolvendo o governo e o Banco de Portugal, que se arrastava desde o início dos anos 1850, para Nuno Valério, com a adoção do padrão-ouro em 1854, consubstanciada pela lei de 6/10/1857, “ficou assim restabelecida normalidade monetária em Portugal, de acordo com os cânones então dominante”³⁷. Essa normalidade, para David Justino resultou na criação “de dois sistemas de emissão: um unificado no Sul, sob o controle do Banco de Portugal, outro concorrencial no Norte”³⁸, que possibilitaram a implementação de um sistema bancário “relativamente moderno” no dizer de Nuno Valério. Lisboa e, depois Porto, eram os principais centros desse sistema.

Outro fator que chamou a atenção do banco inglês era a importância das remessas dos portugueses no Brasil. Os problemas de déficits na Balança de Comércio de Portugal, como por exemplo, “a crise agrícola (1854-1857) e das epidemias que

³⁷ VALÉRIO, op. cit, p. 290.

³⁸ JUSTINO, Davi. *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*. Volume II. Lisboa: Vega, 1986, p. 216.

acompanharam a escassez de subsistência”, e que para Rui Ramos impactaram no aumento das taxas da dívida pública, “em 1857 (+11%) e 1858 (+12%)”,³⁹ e a “solução” consistiu no aumento da dívida pública (interna e externa) e cujos principais compradores dos títulos eram os “brasileiros”. A respeito da dívida pública, Rui Ramos destacou que com o aumento da dívida externa e interna estava relacionada com os gastos com a infra-estrutura, principalmente com a expansão das ferrovias. Os papéis da dívida externa portuguesa tornaram-se ativos para os estrangeiros, como também para os próprios portugueses.⁴⁰ Entre esses últimos, destacaram-se “os “brasileiros”, “os emigrantes no Brasil, esses caçadores de juros, como Oliveira Martins os apelida devido à sua apetência pelo investimento em papéis de crédito. Eles foram os verdadeiros pulmões do crédito da Regeneração”,⁴¹ e segundo cálculos apresentados por Rui Ramos “nos anos 1870, em 3000 contos o valor anual das remessas dos repatriamentos de capitais e dos dividendos de investimentos, e seria avaliado em 15 000 na década seguinte e em cerca de 20.000 contos no princípio do século XX”.⁴²

Em virtude de uma “parte das remessas e dividendos brasileiros vinha sob a forma de letras de câmbio (saques a trinta e quarenta dias) sobre a Praça de Londres (porque o Brasil tinha mais comércio com a Inglaterra do que com Portugal), outra em numerário (moedas de ouro e prata)”,⁴³ o banco inglês, atraído por tais “remessas dos emigrantes do Brasil”,⁴⁴ em 1863, decidiu criar duas filiais em Portugal. Com sede em Londres, e com filiais no Rio de Janeiro, principal cidade dos portugueses no Brasil, e em Portugal, Lisboa e no Porto, o London and Brazilian vai estar presente nesse negócio, participando do circuito de capitais envolvendo Inglaterra, Portugal e Brasil _ quadro abaixo.

³⁹ RAMOS, Rui. A crise agrícola. In: Portugal Contemporâneo (1851-1910). Volume II. Lisboa: Alfa, 1990, p. 137. O impacto da crise agrícola sobre os preços cf. JUSTINO, op. cit, capítulo 8. No tocante a dívida pública cf. MATA, Maria Eugénia. *As finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*. 1985. Tese (Doutorado em Economia). Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

⁴⁰ RAMOS, op. cit, p. 133.

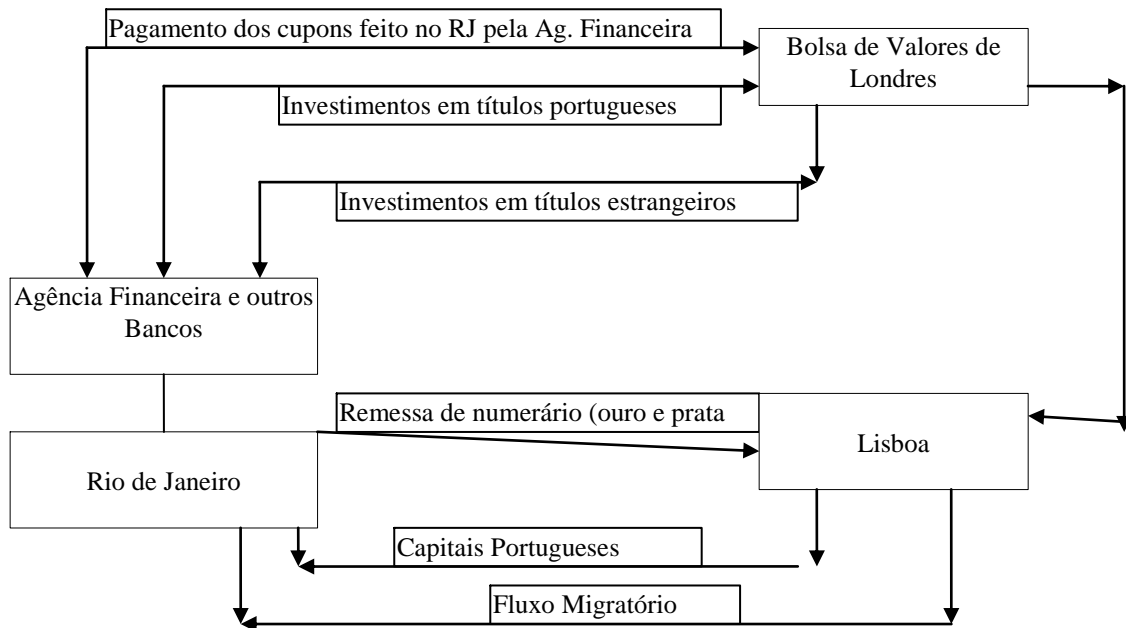
⁴¹ Idem, p. 133.

⁴² Idem, p. 135.

⁴³ Idem, p. 135.

⁴⁴ JUSTINO, op. cit, p. 84.

O CIRCUITO DE CAPITAIS PORTUGAL-BRASIL-INGLATERRA



Fonte: VIEIRA, Antonio Lopes. *Os Transportes Públicos de Lisboa entre 1830 e 1910*. Lisboa, 1982, p 188. In: RAMOS, Rui. "O Sistema Fontista". *Portugal Contemporâneo (1851-1910)*, vol. II. Lisboa: Alfa, 1989, p. 130.

Através do documento do documento do banco, **London and Brazilian Bank Limitado. Instruções para os negócios das caixas filiaes do banco em Portugal**,⁴⁵ as operações das filiais de Lisboa e do Porto do banco inglês limitavam-se “às operações de cambios, e às que são permitidas aos bancos de descontos e depósitos, não podendo intentar as operações de circulação ou emissão de notas, ou obrigações pagáveis á vista ao portador ou denotas promissórias (grifo nosso); e ficando salvos todos os direitos e privilégios do banco de Portugal, na conformidade da carta orgânica de 6 de outubro de 1857”.⁴⁶ Portanto, com o intuito de evitar o aumento de moeda em circulação e de concorrência com o banco de Portugal, o governo português impediu que as filiais do banco efetuassem o pagamento à vista as obrigações, como por exemplo, cheques e letras de câmbio, e outros pagamentos à vista ao portador. Em relação aos descontos e compra de letras de câmbio, “**nas instruções para a gerencia dos negocios das caixas filiaes do Banco em Portugal**”, a diretoria do banco determinava que:

⁴⁵ LONDON AND BRAZILIAN BANK LIMITADO. Instruções para os negócios das caixas filiaes do banco em Portugal (para uso dos directores e dois empregados do banco)

⁴⁶ Idem, p. 4.

“1. Em todos os casos em que for praticável, se tomará segurança collateral, por via hypotheca de conhecimentos;

2. Quando se aceitar um conhecimento, devem-se obter todas as partes do mesmo, salvo a parte que pertence ao Capitão, e deve ter-se cuidado em verificar eu as fazendas estejam realmente a bordo;

3. Em todos os casos, ou com hypothesa ou sem ella, é o caracter e respectabilidadedas pessoas que deve ser em grande parte a segurança a que há de olhar a Comissão local (gerente e sub-gerente ou seus substitutos) (grifo nosso), e a circunstancia de ter segurança collateral não exonerá a Comissão local do dever de investigar o caracter e responsabilidade das pessoas;

4. Como regra geral, não se descontará papel que tenha mais de três meses a vencer, e que não tenha pelo menos dois nomes aprovados pela Comissão Local; mas se em alguma ocasião se achasse conveniente descontar papel de de caracter differente, deve fazer-se nas minutas da commissão local registro especial das circunstancias em que esse papel for descontado.

5. Proibi-se renovação de letras de desconto, salvo em circunstancias muito especiais, aprovadas pela commissão Local e registradas no Livro de minutas, pago todo juro e despesas previamente á renovação.

6. No descontar de letras ou compra de Letras de Cambio, o Gerente e a Comissão local devem ter constantemente em lembrança a necessidade de se acautelarem contra sommas demasiado grandes que dependam da segurança de uma Casa só, por muito respeitável que seja.⁴⁷

No tocante aos depósitos e contas correntes de saques, a diretoria determinava que:

“1. Deve animar-se esta classe do negócio e offerecer-se aos habitantes de Lisboa, do porto e a outros todo o incentivo razoável para aproveitarem todas as facilidades que lhes faculta o banco;

2. Contas de saque se effectuarão por cheques pagáveis ao apresentador (grifo nosso)

3. Se for necessário receber dinheiro em depósito a juro, a Comissão Local fixará, a descrição sua, uma somma abaixo da qual se não receberá dinheiro a juro. Dar-se-há aviso de sete dias antes d retirar-se o depósito, e o juro cesará de tal aviso.

4. Não se fará pagamento a pessoa alguma salvo ao depositante original, ou a seus representantes legaes, ou sem que se apresente e entregue o recibo do deposito”.⁴⁸

Analisando os balanços das filiais do banco em Portugal, no período 1863/1864, os números foram bastante consideráveis_ Anexo 3. Na filial de Lisboa, no período de setembro de 1863 a dezembro de 1864, os empréstimos sob a forma de desconto de letras aumentaram em mais de 10X, e o caixa (caixa mais crédito) aumentou em mais de 80%. No tocante ao passivo, os depósitos aumentaram 4X e os credores diversos

⁴⁷ Idem, p. 14.

⁴⁸ Idem, pp. 14-15

também. Na filial do Porto, face à menor dinâmica do mercado, os números foram menos expressivos. No período junho a dezembro de 1864, no ativo, o caixa (caixa mais créditos) teve um aumento de 50%, e as letras descontadas declinaram em 51%. No passivo, os depósitos declinaram de 118:375\$200 Rs para 95:272:225 Rs (-21%), assim como os credores diversos, de 353:072\$075 para 274:577\$745 (-20%). A razão para tal declínio no Porto não foi explicitado no Relatório da diretoria de 1865.

3. A crise de 1864 e a Guerra do Paraguai: uma conjuntura difícil para o London and Brazilian Bank

A crise comercial e bancária de 1864, conhecida como a **Crise do Souto**, nome esse relacionado com a bancarrota da Casa Bancária Antônio José Alves do Souto & Cia, constituiu-se no ápice de uma situação de crise, que vivia a Praça Comercial do Rio de Janeiro desde 1860. Como é de conhecimento da historiografia econômica brasileira, tal crise estava relacionada com a política de contração monetária e creditícia efetuada pelo governo imperial desde a promulgação da Lei n.º 1.083, de 22/08/1860, conhecida como a **Lei dos Entraves**.⁴⁹

Diante dessa situação financeira difícil, a Sociedade dos Assinantes da Praça, corporação que defendia os interesses do grande comércio, ou seja, aos grandes negociantes nacionais e estrangeiros do comércio bancário, do comércio importador e exportador e abastecimento, sediados no Rio de Janeiro⁵⁰, organizou uma comissão encabeçada pelo próprio presidente da Sociedade, o negociante e banqueiro José Joaquim de Lima e Silva, Visconde, depois Conde de Tocantins, e que lançou um apelo em 12 de setembro de 1864 ao Imperador, para que o governo imperial tomasse providências. Dizia o apelo o seguinte:

⁴⁹ A respeito da crise do Souto verificar os seguintes trabalhos: SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1864; ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *Souto & Cia*. In: LEVY, Maria Barbara (coord.). *Anais da 1ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Rio de Janeiro: Div. Gráfica da UFRJ, 1991; GUIMARÃES, op.cit., cap. 4; PELAEZ, e SUZIGAN, op. cit, pp. 104-115; VILLELA, André Arruda. *The Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil, 1850/1870*. London, 1999, 328 p. Thesis (Doctorate in Economic History). London School of Economics and Political Science. (chapter 4).

⁵⁰ A respeito da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro, futura Associação Comercial do Rio de Janeiro (1867), conferir os trabalhos de: RIDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994; MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio, 173 anos de desenvolvimento: história da Associação Comercial do Rio de Janeiro, (1820-1993)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993; PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. *Os Simples Comissários: Negócios e Política no Brasil Império*. Niterói, 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense.

“Senhor: A comissão da Praça do Comércio vem respeitosamente trazer ao conhecimento do governo de Vossa Majestade Imperial o estado calamitoso em que se acha esta praça, em consequência da catástrofe comercial ocorrida no dia 10 corrente (setembro), pela suspensão que fez dos seus pagamentos a casa bancária de Antonio José Alves Souto & Cia.

O pânico que sobre o público produziu este acontecimento não se pode bem descrever mas pode ser avaliado por todos quantos conhecem a importância desta casa, a grande quantidade de depósitos que tem em si e o entrelaçamento que se acha com todos os bancos e principais casas de comércio desta praça.

O susto e a desconfiança tornaram-se gerais e o resultado foi correrem os portadores de títulos, não só desta casa como de outras, a exigirem das mesmas o embolso imediato deles.

(...) Não são, porém, somente estes os males que acarretou a referida catástrofe. Teve ela como imediato resultado paralisar o crédito, suscitar uma desconfiança geral, e fazer pairar sobre todas as casas comerciais, que em grande número se acham ligadas com a mencionada casa bancária, uma ameaça de se verem arrastadas na mesma catástrofe. Quem pode prever até onde chegarão as consequências deste acontecimento?

(...) A comissão desta praça, confiada no zelo que Vossa Majestade Imperial sempre se mostra possuído pelo bem do país e no interesse que lhe merece tudo quanto diz respeito à prosperidade e grandeza do Império aguarda tranqüila as medidas que prover ao Governo Imperial tomar para salvar esta praça da formidável crise por que está passando”.⁵¹

A preocupação da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro com a repercussão da crise de 1864 pode ser traduzida por alguns números, que demonstram a gravidade dessa crise. No período de setembro de 1864 a março de 1865, ocorreram 95 falências, “com um passivo total de 115 mil contos superior portanto ao meio circulante de todo o país, que era de pouco mais de 100 mil contos”⁵². No tocante ao sistema bancário, e de acordo com a Tabela 1, os bancos “nacionais”, com sede no Rio de Janeiro, como a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia e o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e, mais ainda as casas bancárias, como a própria Souto & Cia, a Montenegro, Lima & Cia, a Gomes & Filhos e outras, tiveram que recorrer ao redesconto e a caução do Banco do Brasil no mês de setembro, para dar conta da corrida sobre os seus depósitos.⁵³ Com relação aos bancos estrangeiros, nessa época restritos aos bancos ingleses London and Brazilian Bank e o Brazilian and Portuguese Bank, ambos recorreram também ao Banco do Brasil, porém com quantias bem menores se

⁵¹ BRASIL. Ministério da Justiça. *Comissão de Inquérito sobre as causas da crise na praça do Rio de Janeiro. Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial por avisos do 1º de outubro a 28 de dezembro de 1864 de preceder a um inquerito sobre as causas principaes e accidentaes da crise do mês de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Documentos anexos ao Relatório da comissão de Inquerito (...), serie A, p.4. (a grafia é da época)

⁵² NOGUEIRA, op. cit, p. 377.

⁵³ A respeito da crise sobre a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. e o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro conferir GUIMARÃES, op. cit., pp. 208-215; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro*. HEERA., Vol. 1, pp. 1-27, 2007.

comparadas com as dos bancos e casas bancárias “nacionais”_ Tabela 1.

Tabela 1: Quadro demonstrativo das quantias fornecidas pelo Banco do Brasil entre 10 e 30 de setembro de 1864

Instituições	Descontos	Cauções
Banco Rural & Hipotecário	1.240:000\$000	4.630:000\$000
Banco Mauá, MacGregor & Cia	5.246:440\$136	-
London & Brazilian Bank	382:766\$240	500:000\$000
Brazilian and Portuguese Bank	-	1.013:300\$000
Gomes & Filhos	3.222:239\$512	1.934:000\$000
Bahia, Irmãos & Cia	8.207:831\$061	1.804:600\$000
Montenegro, Lima & Cia	2.108:507\$274	1.088:000\$000
Oliveira & Bello	22:250\$000	-
D'Illion & Marques Braga	682:349\$604	-
Portinho & Moniz	850:895\$569	63:000\$000
Silva Pinto, Melo & Cia	337:458\$220	-
João Baptista Vianna Drummond	254:233\$971	-
Manoel Gomes de Carvalho	183:343\$282	-
Lallemant & Cia	347:884\$570	-

Fonte: Brasil. Ministério da Justiça. *Comissão de Inquérito sobre as causas da crise na praça do Rio de Janeiro de 1864*, op. cit., p. 204

Face à crise, o governo Imperial tomou uma série de medidas, destacando-se o decreto nº 3.306, de 13 de setembro de 1864, que autorizou o Banco do Brasil elevar sua **emissão ao triplo do fundo disponível**; o decreto nº 3.307, de 14 de setembro de 1864, que estabeleceu **o curso forçado dos bilhetes do Banco do Brasil**; e o decreto nº 3.308, de 17 de setembro de 1864, que nos seus cinco (5) artigos, criava disposições extraordinárias, entre elas as de regular as falências dos banqueiros e das casas bancárias no prazo de 60 dias, a partir do dia 9 corrente.⁵⁴

Além dessas medidas, o governo, assim como ocorreu com a crise de 1857, instaurou uma comissão organizada pelo Ministério da Justiça. Tendo a frente o conselheiro e ex-ministro da fazenda Silva Ferraz, tal comissão foi encarregada de averiguar as causas para a crise e, a conclusão dessa comissão, como não podia de ser, tendo à frente da mesma um defensor do metalismo, foi de que entre as várias causas,

⁵⁴ BRASIL. Ministério da Justiça. *Comissão de Inquérito sobre as causas da crise na praça do Rio de Janeiro, 1864. Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial por avisos do 1º de outubro e 28 de dezembro de 1864 de proceder um inquérito sobre as causas principais e accidentaes das crises no mes de setembro de 1864*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1865. p. 4 (Representações). pp. 11-33.

como a Guerra Civil dos EUA, a Legislação de 1860 e outras, **o abuso do crédito gerando as especulações de empresas, o jogo das ações e o crédito fictício** foram às principais.⁵⁵

No momento de implementação da política econômica expansionista, eclodiu a Guerra do Paraguai⁵⁶, que segundo a historiografia brasileira, trouxe inúmeros problemas de ordem política e social para o Império⁵⁷, a ponto de Joaquim Nabuco afirmar que foi um divisor de águas. Para ele a guerra marcou

*“o apogeu do Império, mas também procedem dela as causas principais da decadência e da queda da dinastia: o aspecto e o desenvolvimento do Prata, com fascinação que ele exerce, o ascendente pelos nomes chamados legendários, pelas reivindicações da classe, tendo à frente os homens que se deram a conhecer ao exército e se ligaram entre si pela camaradagem da campanha; o americanismo; a própria emancipação dos escravos que por diversos modos se prende à guerra (...); a propaganda republicana (...).”*⁵⁸

Diante de tal situação crítica, com o aumento da emissão e circulação da moeda, aumento dos preços e depreciação cambial_ Anexo 1_, com o intuito de preservar a moeda metálica para fazer frente aos inúmeros gastos com as importações, já que o ouro era a única moeda aceita numa conjuntura de crise, a solução encontrada pelo governo imperial foi a aprovação do projeto do Visconde de Itaboraí, Lei n.º 1.349, de 12 de setembro de 1866. ⁵⁹ Tal projeto, que além transferir o poder emissor do Banco do Brasil para o Tesouro Nacional, estabeleceu uma nova carteira hipotecária e restringiu o direito de nomeação do presidente e vice-presidente do banco pelo governo, significou para John Schulz uma maior independência do Banco do Brasil com relação ao intervencionismo do governo e, com isso, permitiu sua reorganização⁶⁰. Para Dênio Nogueira, o projeto Itaboraí possibilitou ao governo uma folga no seu caixa, na medida

⁵⁵ *Ibidem*, *idem*, pp. 86-88.

⁵⁶ Com uma duração de quase seis anos, estendendo-se de 11 de novembro de 1864, com a tomada do vapor *Marquês de Olinda* pelos paraguaios, até 1 de março de 1870, com a morte de Solano López, a Guerra do Paraguai foi o conflito de maior duração no continente americano.

⁵⁷ A respeito da Guerra do Paraguai verificar os trabalhos de: COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/Ed. da UNICAMP, 1996; MARQUES, Maria Eduarda C. Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995; SALES, Ricardo. *A guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁵⁸ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império_ Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: Garnier, 1897/98, 3 vols. pp. 189-190

⁵⁹ A respeito dos embates dentro do governo sobre a política a ser adotada conferir PELAEZ e SUZIGAN, *op. cit.*, pp. 104-106

⁶⁰ Para Schulz, a maior independência do Banco do Brasil pode ser comprovada com a liquidação das filiais do banco, com exceção da de São Paulo, e a diminuição da emissão dos bilhetes do banco. Conferir SHULZ, John. *A crise financeira da Abolição (1875-1901)*. São Paulo: EDUSP/Instituto Fernand Braudel, 1996. p. 44.

em que “a transferência do poder emissor para o Tesouro Nacional eliminaria ainda o custo desnecessário dos juros que o governo tinha de pagar ao Banco do Brasil para financiar seu elevado déficit fiscal”.⁶¹ Outros historiadores econômicos, como Maria Barbara Levy, destacaram que o projeto significou por um lado o abandono da política contencionista e das pretensões da conversibilidade preconizadas pelo padrão-ouro; por outro lado, significou que o governo se tornou “no principal agente do crédito interno, através do mecanismo inflação e compra; ao mesmo tempo em que aumentava os impostos, recolhia ouro através de recursos sistemáticos do lançamento de títulos públicos”.⁶²

A Guerra do Paraguai, que segundo cálculos de Pelaez e Suzigan, chegou ao montante de 614 mil contos de réis⁶³, e “gerou um déficit 387.393 contos, ou seja, 6,5% do total da receita”⁶⁴, teve como principais fontes de financiamento os empréstimos externo e interno e a cobrança de impostos, conforme consta na Tabelas 2. No tocante aos empréstimos tivemos um “empréstimo externo, realizado em 1865, no valor de £ 6.693.000, ao tipo 74, que propiciou o líquido de £ 5.000.000 (cerca de 49 mil contos), com juros de 5% e 30 anos de prazo; empréstimo interno de 27 mil contos, além da emissão de letras do Tesouro (a 6% ao ano), no valor de 171 mil contos no decorrer da guerra; e o restante, cerca de 120 mil contos, em emissões de papel-moeda”.⁶⁵

Com relação aos impostos, além da cobrança em ouro de 15% dos impostos de exportação e importação, a partir de 1867, houve um aumento das contribuições provinciais_ Tabela 2. Segundo Dênio Nogueira, “essa última fonte de receita foi a que acusou maior crescimento, passando de 15% para 25% da receita total arrecada entre 1864 e 1869”.⁶⁶

⁶¹ NOGUEIRA, op. cit., p. 378.

⁶² LEVY, Maria Barbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas (esboços de história empresarial)*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura/EDUFRJ, 1995. p. 95

⁶³ PELAEZ e SUZIGAN, op. cit., p. 114

⁶⁴ BUESCU, Mircea. *História Administrativa do Brasil. Organização e Administração do Ministério da Fazenda no Império*. Coordenação de Vicente Tapajós. Brasília: FUNCEP, 1984, p. 93.

⁶⁵ NOGUEIRA, op. cit., p. 378

⁶⁶ Idem, p. 380

Tabela 2: Financiamento da Guerra do Paraguai (valores de 1822, em milhares de contos)

Ano	Direitos Aduaneiros	Imposto de Exportação	Contribuição Provincial	Outros Tributos	Receita Total
1864/65	5,9	1,7	1,6	0,4	9,6
1865/66	4,7	1,6	1,3	0,4	8,0
1866/67	4,7	1,4	1,5	0,2	7,8
1867/68*	4,1	1,8	2,0	0,1	8,0
1868/69	4,4	1,9	1,9	0,5	8,7
1869/70	5,3	1,8	2,3	0,1	9,5

Obs.: * A partir de 1867, 15% dos impostos de exportação e importação passaram a ser cobrados em ouro, isto é, à taxa de câmbio do mercado

Fonte: NOGUEIRA, op. cit., p.379

A crise econômica provocada pela quebra da casa bancária do Souto & Cia e pela Guerra do Paraguai, repercutiu sobre o London and Brazilian Bank como demonstraram seus balanços e Relatórios da Diretoria de Londres. No caso dos balanços, o declínio das atividades se fez sentir a partir de 1865, intensificando-se a partir de 1867, ano esse associado às novas medidas tomadas pelo governo imperial brasileiro face às necessidades crescentes de gastos com a guerra, Tabela 2. Se em 1865, nos ativos, os empréstimos (letras + conta corrente) e o caixa (em moeda corrente) chegaram ao valor máximo de 18.189:898\$370 Rs e 1.621:567\$020 Rs, respectivamente, a partir de 1866 até 1870, essas contas declinara. Os empréstimos em 1866 foram de 14.883:992\$970 (-18,2%) e em 1870 de 5.417:313\$980 (-71%). O caixa em 1866 foi de 1.244: 017\$620 Rs (-15%), em 1867 para 1:969:257\$740 Rs (+20%) e em 1870 para 607:530\$110 (-66%). Importante destacar o aparecimento de duas contas novas nos ativos. Uma, em 1865, referente ao depósito a vista do banco inglês no banco do Brasil no valor de 500:000\$000 Rs, e outra, de 1866 a 1870, e com valores decrescentes, garantias por conta corrente e valores diversos. Nessa última, em 1866, o valor era bastante acentuado, chegando ao montante de 11.826:642\$820 Rs.

No tocante ao passivo, houve um novo aumento do capital do banco em 1867, e na conta depósitos aparecem não só depósitos a vista, como também depósitos a prazo e com remunerações diferenciadas de juros (depósitos com juros e com aviso de 3, 6, 10 30 e 60 dias). Mesmo contrariando o que estava nos estatutos do banco, de pagar juros para depósitos, essa conta demonstrava a preocupação do banco inglês em aumentar os seus depósitos frente à crise. Em 1865, os depósitos (LBB de Londres e caixas filiais + letras a pagar) foram de 1.830:137\$890 Rs, em 1866 os depósitos (LBB de Londres e

caixas filiais + depósitos a saber + letras a pagar) aumentaram, chegando ao valor de 10:869:260\$287. Nessa enorme quantia, de mais de 9X, o salto foi verificado nos depósitos com juros e nas letras a pagar, e com declínio na conta LBB de Londres e filiais.

Na Assembléia dos Acionistas do banco, a preocupação com a situação econômica e sua repercussão sobre o banco á se apresentava. Se em 1865, o lucro líquido e os dividendos foram maiores do que em 1864, a preocupação com a crise fez com que uma parcela dos lucros fosse direcionada a caixa. No Relatório constava:

O lucro liquido do semestre findo a 30 de junho de 1864 foi de £ 24.704.12 sh. 11 d. Por conta delle propõe a directoria pagar um dividendo, livre de income law, de 1£ 4sh. por acção, na importancia total de £15.600 equivalente ao juro de 6% ao anno sobre o capital realizado, passando o saldo de 9.104£.12sh.11d. para a conta seguinte. A intenção da directoria era recomendar um dividendo maior, mas, em consequencia das importantes quebras que ultimamente se derão no Rio de Janeiro (grifo nosso), pareceu mais prudente deixar passar para o anno seguinte o saldo avultado.

A oportuna chegada à Inglaterra, diz o relatorio, do Sr. Saunders, procedente da casa do Rio de Janeiro, coincidindo com a noticia da grande crise que houve naquella cidade (grifo nosso), não só tranquillizou a directoria sobre a situação daquella casa filial, mas até lhe deu a segurança de que as perdas serão provavelmente muito menores do que ao principio se receiava, havendo todas as razões para esperar que estas serão mais que compensadas pela diminuição da concorrência, melhorando além disto em geral os negocios do banco. Pelas ultimas noticias as caixas filiaes soube a directoria com satisfação que as operações do banco progridem sensivelmente. Em Portugal tem havido tambem constante augmento de negocio.⁶⁷

Numa tentativa de fazer frente à situação tanto no Brasil, quanto na própria Grã Bretanha, o London and Brazilian Bank tentou uma fusão com a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co, um dos maiores bancos comerciais mais importantes no Brasil.⁶⁸ Tal fusão, que compreendia a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia, no Rio de Janeiro, o Banco Mauá & Cia de Montevideu, de São Pedro do Rio Grande do Sul e outras filiais, e o London and Brazilian Bank, em Londres, e suas filiais no Brasil, como as do Rio de Janeiro, e em Portugal, Lisboa e Porto, geraria o banco inglês **The London, Brazilian and Mauá Bank Limited.**

⁶⁷ Assembleia Annual do London and Brazilian Bank Limited. **Jornal do Commercio, Correspondência do Jornal do Commercio**, 14/03/1865.

⁶⁸ GUIMARÃES, op. cit, cap. 4.

A fusão dos dois bancos significava para o Barão de Mauá um grande aporte de capital, fundamental para seus negócios. Estando em Londres para concretizar essa fusão, junto aos sócios ingleses, Mauá afirmou:

*“Este paquete lhes leva a grande nova de ter eu aqui concordado provisoriamente: Numa amalgama entre minhas casas do Brasil e do Rio da Prata, e o London and Brazilian Bank. - Sacrificio interesses porém lucro socego d'espírito e e tranquilidade de que tanto careço. A posição de todos os que me tem ajudado he sustentada, e será mesmo avantajada, e sendo eu o Diretor fiscal no Brasil e no Rio da Prata quase que não haverá mudança nas relações dos meus amigos que tem a gerencia de minhas casas, que continuão a ter-me por juiz de seus actos perante a Diretoria de Londres. - Não entrei ainda nas questões de detalhe por que a data fixada para o amalgamento he o 1º de Janeiro de 1866. e até lá temos tempo para discutir o que convier. - O capital de nova e poderosa instituição de crédito será de L 5 milhões de libras esterlinas (grifo nosso) e o estabelecimento e suas filiais girarão sobre a razão de London Brazilian & Mauá Bank (...).”*⁶⁹

Autorizado a funcionar pelo governo imperial brasileiro, através do decreto nº 3.587, de 20 de dezembro de 1865, o London, Brazilian and Mauá Bank, cuja diretoria era composta por Mauá e os diretores do London and Brazilian Bank_ Quadro 2, continuaria com os negócios bancários que eram feitos pelos bancos fundidos.

Quadro 2: Diretoria do London, Brazilian and Mauá Bank Limited

Nomes, moradas e ocupação dos subscriptores	Nº de acções tomadas por cada subscriptor
Irineo Evangelista de Souza, Barão de Mauá, Banqueiro, do Rio de Janeiro	100
Henri Louis Bischoffshein, 10 Angel Court, Banqueiro (Merchant Bank – Bischoffshein & Goldschmidt), Negociante	100
Philip Charles Cavan, 16, Leadenhall Street, Londres, Negociante	100
Pascoe Charles Glyn, 67, Lombard Street, Banqueiro (Private Bank-Glyn, Mills Currie & Co*)	100
Edward Johnston, 6, Great St. Helen's, (Edward Johnston & Co.), Negociante	100
Edward Moon, 3, Cook Street, Liverpool, Negociante	100
William Freer Schönfeld, 22, Sussex Square, Londres, Banqueiro (Accepting House – Meyer & Schönfeld), Esquire**	100
Total das acções tomadas	700

Obs:* Fusão da Glyn, Mills & Co. com a Currie & Co. em 1864. ** Esquire é um título de nobreza imediatamente inferior ao de cavaleiro.

Fonte: GUIMARÃES, op. cit, cap. 4, Tabela 15

⁶⁹I.H.G.B. Coleção Mauá. **Carta de Mauá para Ricardo J.Ribeiro, Londres 22 de abril de 1865.** Lata 513. Pasta 8.

Analisando o memorandum de associação do novo banco,⁷⁰ chamou atenção o capital estimado de £ 5.000.000 (cinco milhões de libras), divididos em 250.000 ações de £ 20. Esse valor, em termos de capital era 3 vezes maior que o capital do London and Brazilian Bank, e duas vezes maior que o da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co (+ Banco Mauá & Cia), e se tornaria num potencial concorrente do Banco do Brasil. Outro ponto importante estava relacionado à diretoria desse banco, composta por banqueiros e bancos da City, como Glyn, Mills, Curie & Co, um banco privado com permissão de descontar na Câmara de Compensação, em Paris, o banco Bischoffsheim and Goldschmidt, o negociante Edward Johnston e do Rio de Janeiro, o Barão de Mauá. No Relatório apresentado pela Diretoria à Assembléia dos Acionistas do London and Brazilian Bank de 1866 parecia que a fusão entre os bancos era certa, que a situação era boa para os negócios do banco, porém reconhecia que a distribuição dos dividendos estava aquém das possibilidades, e que era inferior aos de outro banco inglês na América do Sul, o London and River Plate Bank. Dizia o Relatório:

“O relatório do London and Brazilian Bank, relativo ao anno findo a 30 de Junho de 1865, e que deve ser apresentado a 9 de Janeiro, mostra um total disponível de € 24.519 depois de deduzidas € 17.153 de dívidas perdidas e lucro total de € 11.672.4.93, e propõe um dividendo na razão de € 1 ½ por acção, que absorverá € 19.500, deixando, € 5.19 para passarem para o anno seguinte. Este dividendo, junto ao outro interino que foi pago pelo primeiro seis mezes perfaz 7% ao anno.

Diz o relatório que no correr do anno houve grande progresso em todos os ramos de negocio do banco, que se acha actualmente n'uma excelente posição.

Declara-se tambem que a directoria resolveu a distribuição das acções do London Brazilian Mauá Bank até que chegue da América do Sul noticia de se haver dado principio às operações, em virtude dos decretos de approvação solicitados dos respectivos governos. Vê-se que era impossível saber-se isto aqui antes do 1ª de Janeiro, mas, segundo as ultimas noticias, marcharão rapida e satisfactoriamente os preliminares, e brevemente estaria tudo concluido. Entretanto, continuarião as operações a ser feitas pelos bancos actuaes, immediatamente, depois da fusão, passarião ellas, a partir de 1ª de Janeiro de 1866, para o estabelecimento amalgamado.

Chegando apenas a 30 de Junho as contas appensas ao relatório, e tendo já sido publicado no rio de Janeiro outras posteriores, é desnecessario entrar aqui no seo exame, senão para dizer que o capital até então realzado era de € 520.000. Depois disso, como se sabe, fez-se uma cha,ada de € 5 por acção.

Com este relatório melhorou um pouco o valor das acções, que são agora cotadas a 3 de premio ex.dividendo.

Note-se, comtudo, que, ao passo que o London and Brazilain Bank dá um dividendo de 7% ao anno, o London and River Plate Bank dá aos seus accionistas 15%”. (grifo nosso).⁷¹

⁷⁰ GUIMARÃES, op. cit, Anexo 5

⁷¹ Assembleia Annual do London and Brazilian Bank Limited. **Jornal do Commercio**. Correspondencia Commercial. Lisboa, 13/02/1866.

A fusão, entretanto, não prosperou. Numa carta que o Barão de Mauá enviou ao presidente do London and Brazillian Bank, J. W. Carter, em 22 de novembro de 1866. Nessa carta, ele chamava a atenção para o fato de que a crise financeira na City, trouxe insegurança para os sócios brasileiros, na medida que afetou o London and Brazilian Bank. A carta dizia o seguinte:

"... Pela nossa parte é necessário fazer público que, desde que forão assinados em Inglaterra, os contratos para o amálgama, a crise de 11 de maio último, em Londres (grifo nosso) alterou singularmente a posição relativa dos estabelecimentos, e que a realização do amálgama se tornou impossível pelos factos e motivos seguintes:

1º) As revelações feitas relativamente a ação da lei de responsabilidade limitada em Inglaterra, desde a data a que me referi, tornão perigosos fazer representar qualquer espécie de propriedade em ações transferíveis em Londres, especialmente de estabelecimentos cuja existência mesma depende do crédito, pois que essa propriedade fica completamente a merce de um banco de agiotas sem escrúpulos, que operando na Bolsa de Londres, vivem da rapina que podem realizar, espalhando boatos ofensivos do crédito de qualquer estabelecimento que lhes apraz atacar, tendo previamente vendido ações a entregar, como faculta o regulamento da Bolsa;

2º) Que o próprio London and Brazillian tem sido vítima de semelhante manejos, tendo-se depreciado suas ações de 20 a 25% e, em uma ocasião até 33% abaixo do valor realizado, sem outra causa ou motivo aparente;

3º) Que as revelações acerca das companhias de responsabilidade limitada, mesmo as de mais elevada posição em Inglaterra, desde 11 de Maio, relativamente ao pagamento de chamadas em ocasião de infortúnio, infundiram aos capitalistas brasileiros (que tinham direitos eventuais as 150.000 ações reservadas para mim nos contratos respectivos), o temor de que as chamadas necessárias não fossem pontualmente pagas por muitos dos acionistas em Inglaterra, deixando assim o estabelecimento sem recursos para fazer face a qualquer emergência que tornasse necessárias essas chamadas;

4º) Que mesmo em relação a administração geral de companhias públicas em Inglaterra, sob o regime das atuais leis de responsabilidade limitada, os fatos revelados de assinaturas dos contratos indicam por sua própria natureza a absoluta necessidade de proteger melhor a propriedade confiada a semelhante administrações, variáveis a todo tempo;

5º) Que o núcleo de acionistas brasileiros representando tres quintas partes do capital do projetado banco amalgamado, tendo meramente um voto na gestão do estabelecimento segundo os ajustes feitos quando sejam necessários modificações, recusam confiar sua propriedade para ser regida por princípios que inúmeros fatos recentemente descobertos provam ser errôneos (...)".⁷²

Na realidade a desconfiança era mútua. O London and Brazilian Bank percebeu que os negócios de Mauá não estavam bem.⁷³ Além da situação do Banco Mauá,

⁷² Ibidem. Idem.

⁷³ JOSLIN, David. *A century of banking in Latin America*. London: Oxford University Press, 1963. pp. 71-72. Infelizmente não encontramos no Jornal do Commercio, informações sobre a Assembléia dos Acionistas do banco para o ano de 1867.

MacGregor & Cia., no Rio de Janeiro, o Banco Mauá & Cia e suas filiais da região do rio da Prata passavam por dificuldades relacionadas ao conflito na região.⁷⁴

A situação crítica no Brasil repercutiu sobre a economia portuguesa e nas filiais do London and Brazilian Bank em Lisboa e no Porto. Segundo David Justino, além dos déficits na balança comercial, a situação em Portugal se agravou com a Guerra do Paraguai, que fez com que diminuísse as remessas dos “brasileiros”_as invisíveis correntes”.⁷⁵ Tal efeito nas finanças e no comércio de Portugal ficou explícito no Relatório da Associação Comercial do Porto de 1868, que dizia

“Começou o anno de 1868 com aspecto escuro e carregad. Continuava a Guerra do Brazil com o Paraguay tenaz e mortífera, sem esperança de prompta solução; o estado político e financeiro do nosso paiz era pouco lisongeiro, e d’aqui seguiam-se prenúncios mais que desanimadores para o commercio. Ligados, como estamos em interesses com o império brazílico, a nossa prosperidade está em grande parte dependente d’aquelle. E sabido é que nunca o commercio prosperará se o thesouro nacional lutar com difficuldades, ou se for mau o estado geral do paiz.....”⁷⁶

Os balanços das filiais do London and Brazilian Bank em Lisboa e no Porto, no período 1865 a 1870, demonstraram as dificuldades e os impactos da crise no Brasil sobre a economia portuguesa. Analisando os ativos, na conta caixa (dinheiro em caixa + crédito sobre outros bancos e filiais) ocorreu uma diferença de comportamento. Em Lisboa, de junho de 1865 a junho de 1870, houve um pequeno aumento de 287:372\$269 Rs para 298:067\$979 Rs (+3%), e na filial do Porto um declínio, que foi de 237:660\$135 Rs para 179:534\$189 Rs (-25%). Nos empréstimos (letras descontadas a receber), tanto em Lisboa quanto no Porto a diminuição foi bem acentuada. Em Lisboa, foi de 1.698:197\$077 Rs para 339:121\$407 Rs (-80%). Com relação ao passivo, assim como aconteceu na filial do Rio de Janeiro, apareceram nas filiais de Lisboa e do Porto os depósitos a prazo. Em junho de 1865, a filial de Lisboa tinha um depósito à vista de 685:908\$225 Rs e em junho de 1870, seus depósitos (depósitos a vista + depósitos a prazo) eram no valor de 159:441\$183 (-77%). Na conta credores diversos também ocorreu um forte declínio, passando de 1.613:091\$877 Rs para 468:264\$333 (-70%). Na filial do Porto, ao contrário de Lisboa, os depósitos aumentaram, principalmente nos depósitos a prazo (a partir de 1866). Em junho de 1865, os depósitos eram de 171:815\$185, e em junho de 1870, chegaram ao valor de 187:090\$776 (+ 8%). Na conta

⁷⁴ GUIMARÃES, op. cit. (Anexo VII)

⁷⁵ JUSTINO, op. cit, p 84.

⁷⁶ JUSTINO, op. cit, p. 84.

credores diversos ocorreu um declínio, de 316:797\$035 em junho de 1865 para 220:054\$554 (-30%).

A “luz do fim do túnel”, tanto para o London and Brazilian Bank, quanto para a economia portuguesa, só viria com o fim da Guerra do Paraguai. No Relatório do Banco apresentado aos acionistas em 1869, a diretoria chama a atenção para o seguinte fato:

“A directoria esperava que os accionistas não continuassem a sacrificar os seus interesses vendendo as acções por preço baixo, como alguns tinham feito, e o orador julgava-se habilitado para assegurar que as acções valião mais do que o preço porque são cotadas no mercado. Os elementos de prosperidade de um banco erão a posição e o credito; elles possuem estes dous elementos. Como era natural a sua prosperidade ganharia muito com a cessação da Guerra do Paraguay, que parecia approximar-se de conclusão, em todo o caso o Brasil era um paiz dotado de numerosos recursos, que offerecia campo vasto para operações bancárias, especialmente attendendo-se a que o governo desempenhára sempre honradamente seus compromissos.”⁷⁷

Corroborando com o Relato acima, dizia o Relatório da Associação Comercial do Porto em 1869. “Terminou, felizmente, essa tão duradoura como mortífera guerra! (...) As conseqüências não se fizeram esperar; todos nós a vemos. O commercio reanimou-se, todos os valores subiram”.⁷⁸

Considerações finais.

O London and Brazilian Bank no período analisado se constituiu num típico banco comercial de descontos e depósitos, privilegiando o curto prazo. Face às condições macroeconômicas e políticas do Brasil e de Portugal, e com inovações como a utilização do cheques como ordem de pagamentos, no início do seu funcionamento, o crescimento do banco foi vertiginoso.

Entretanto, a partir da bancarrota da casa bancária Casa Bancária Antônio José Alves do Souto & Cia na Praça do Comércio da cidade do Rio de Janeiro em 1864, e o efeito em cadeia que tal falência provocou, atingindo casas bancárias e bancos, o banco inglês teve perdas com a crise, sendo “socorrido” pelo Banco do Brasil (menos do que os bancos brasileiros).

Porém, com a Guerra do Paraguai, os negócios do London and Brazilian Bank, sejam no Brasil. sejam em Portugal, começaram a declinar. A guerra trouxe grandes

⁷⁷ Assembleia Annual do London and Brazilian Bank Limited. Jornal do Commercio. Correspondencia Commercial. Lisboa, 19/02/1869.

⁷⁸ JUSTINO, op. cit, p. 85.

problemas para a economia portuguesa, que era dependente das remessas dos “brasileiros” para o equilíbrio das suas contas, prejudicando com isso as filiais portuguesas do banco.

A solução encontrada pelo London and Brazilian Bank, tanto no Rio de Janeiro, quanto em Lisboa e no Porto, chamou atenção: a captação de dinheiro, através dos depósitos em conta corrente pagando juros (depósitos a prazo). Mesmo faltando dados para uma melhor análise sobre a atuação do banco inglês, face ao conhecimento da cultura de negócios no mercado brasileiro, particularmente dos bancos brasileiros praticarem uma operação pouca conservadora: **pagar juros nos depósitos à vista**. Essa operação, que lembrava a dos bancos por ações ingleses e escoceses, e não os bancos de Londres⁷⁹, estava intimamente ligada a falta de liquidez da economia brasileira. Só para se ter uma idéia, a sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co, desde a sua fundação, operava dessa forma.

Portanto, face a situação da conjuntura econômica brasileira e, também o baixo retorno aos acionistas, com os dividendos mais baixos do que de outros “overseas bank”, não só a diretoria como o próprio banco foi reorganizado.a. Em 1871, surgia o New London and Brazilian Bank.

⁷⁹ GILBART, James Willian. *Tractado Practico dos Bancos*. Tomo I, II e III. Trad. pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. Rio de Janeiro, Liv. de B. L. Garnier Ed., 1859, p.157.

Nesse ponto discordamos das análises de John Schulz, quando ele generaliza na **prudência** britânica. Os bancos escoceses e os bancos por ações ingleses adotaram tal prática, constituindo-se numa diferença com relação aos banqueiros particulares da City. Conferir GILBART, James, op.cit.

Anexo 1

Tabela 1 : Política Fiscal, Monetária e Cambial do Brasil, 1860-1870

Ano	N.º Índice (1822=100)		Taxa de Câmbio (mil réis por libra)	Política Fiscal (mil contos)								
	Meio Circulante	Preços		Receita					Despesa			Saldo (+ ou -)
				Total	Da qual			Total	Do qual			
					Direitos Alfandegários	Imposto de Exportação	Contribuição Provincial		Militar	Serviço da Dívida		
1859/60	1.053	600,0	9,57	43,2	27,2	5,6	8,3	52,6	22,2	5,2	-1,9	
1860/61	985,9	578,1	9,30	49,2	30,0	7,3	7,1	52,4	19,4	5,2	-1,5	
1861/62	891,3	549,2	9,39	51,4	31,4	8,2	9,4	53,0	18,9	5,3	-2,6	
1862/63	958,7	568,1	9,06	47,0	27,4	8,3	8,9	57,0	19,8	5,4	-10,0	
1863/64	1.016	495,5	8,81	51,7	30,8	9,1	9,5	56,5	21,2	5,2	-4,8	
1864/65	1.204	580,4	8,97	55,7	34,5	9,7	9,3	83,3	40,6	5,1	-27,6	
1865/66	1.392	703,4	9,60	56,1	33,4	11	9,3	121,9	80,3	8,9	-65,8	
1866/67	1.479	800,7	9,90	62,4	37,6	10,8	11,7	120,9	72,1	10,4	-58,5	
1867/68	1.627	873,6	10,70	69,7	35,9	15,4	17,1	166	98,8	11,2	-96,3	
1868/69	1982	1.035	14,11	83,5	45,3	18,6	19,4	150,9	81,3	14,8	-67,4	
1869/70	2.371	988,3	12,76	92,9	52,4	17,8	22,3	141,6	76,8	13,1	-48,5	

Obs: 1) desde 1828, o ano fiscal iniciou em julho; 2) em 1846, com a Reforma Monetária, o governo depreciou a paridade oficial para 27 d/mil réis ou 8\$889/Libra; 3) desde 1833, 50% dos direitos aduaneiros passaram a ser arrecadados em ouro, ou seja, à taxa de câmbio vigente no mercado; 4) desde 1837, a totalidade dos direitos aduaneiros passou a ser arrecadada em ouro, assim como o imposto de exportação; 5) desde 1853, o imposto de exportação foi reduzido a 5% ad valorem

Fonte: NOGUEIRA, op. cit., pp. 332 e 375

Anexo 2

Tabela 2: Balanços do London and Brazilian Bank, 1863-1870 (em junho de cada ano)

	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870
Capital do banco*			13.333:333\$330	13.333:333\$330	13.333:333\$330	13.333:333\$330	13.333:333\$330	13.333:333\$330
Idem a realizar			2.711:111\$110	8.711:111\$110	8.133:333\$330	8.333:333\$330	8.133:333\$330	8.133:333\$330
ATIVO								
Capital com as caixas filiais e agências		2.400:000\$000	2.400:000\$000	2.400:000\$000	2.977:777\$780	2.977:777\$780	2.977:777\$780	2.977:777\$780
London and Brazilian Bank, London e caixas filiais		445:235\$260		703:654\$080				
Letras a receber	423:686\$480	912:309\$720	1.137:041\$790	453:242\$860	150:408\$410	322:365\$040	259:690\$410	45:183\$570
Ditas descontadas	3.172:134\$800	4.476:390\$790	4.162:845\$010	2.993:841\$670	2.752:176\$290	1.615:846\$150	1.144:243\$190	739:845\$870
Empréstimos e contas correntes garantidas	4.166:641\$420	9.004:161\$860	12.890:011\$570	10.636:858\$440	6.023:488\$410	4.978:893\$070	5.332:248\$770	4.632:284\$540
Garantias por conta corrente e diversos valores				11.826:642\$820	5.330:886\$580	1.638:613\$490	1.422:420\$010	972:841\$330
Caixa: em moeda corrente	1.121:732\$630	913:394\$140	1.621:567\$020	1.244:017\$620	1.969:257\$740	1.603:957\$740	520:139\$130	607:530\$110
Prédios do banco, mobília, etc.	10:181\$390	16:991\$500	214:928\$000	314:707\$390	351:346\$030	335:000\$000	333:620\$000	49:000\$000
Depósitos em contas correntes:								
Caixa em conta com o Banco do Brasil e outros	238:502\$510	335:270\$630						
Dita em depósito a vista com o Banco do Brasil			500:000\$000					
Moeda de ouro estrangeira		27:899\$160						
TOTAL	9.132:879\$230	18.561:623\$060	22.926:393\$390	30.572:964\$880	19.555:341\$000	13.472:453\$270	11.990:139\$290	10.024:763\$220
PASSIVO								
Capital	3.111:111\$110	4.622:222\$220	4.622:222\$220	4.622:222\$220	5.200:000\$000	5.200:000\$000	5.200:000\$000	5.200:000\$000
London and Brazilian Bank,	549:668\$070	1.192:812\$130	1.497:584\$450	451:011\$700	1.174:049\$930	645:456\$770	585:754\$630	52:969\$750

London e caixas filiais								
Depósitos a saber:								
* Em conta corrente sem juros						281:274\$110	191:173\$280	70:490\$670
* Com aviso de 3, 6, e 10 dias				2.081:896\$450	2.778:727\$590	1.800:915\$250	671:545\$970	674:017\$380
* Com dito de 30 e 60 dias				379:407\$260	547:177\$810	311:369\$560	460:880\$690	225:624\$360
* Com prazo determinado				6.104:468\$740	1.147:145\$970	1.809:111\$860	1.406:321\$330	659:376\$200
Garantias por contas correntes e diversos valores				14.708:466\$820	8.696:568\$680	3.468:793\$720	3.474:463\$390	2.990:061\$120
Letras a pagar	274:580\$040	606:863\$130	332:553\$530	2.231:503\$990	611:671\$020	5:630\$000		
Contas correntes, depósitos e outros valores	5.197:520\$010	12.139:725\$580	16.474:036\$190					
TOTAL	9.132:879\$230	18.561:623\$060	22.926:393\$390	30.572:964\$880	19.555:341\$000	13.472:453\$270	11.990:139\$290	10.024:763\$220

*Obs: Capital do London and Brazilian Mauá Bank, que autorizado a funcionar pelo governo brasileiro, não saiu do papel.

Fonte: Commercio. Balanço do London and Brazilian Bank. **Jornal do Commercio**, 1863-1870.

Anexo 3: Balanço do London and Brazilian em Lisboa 1863-1870

	1863		1864		1865		1866		1867	
	Set*	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez
Ativo										
Dinheiro em caixa	38:265\$465	128:728\$189	204:2234\$449	133:125\$758	163:603\$893	131:350\$229	105:140\$776	98:855\$778	76:218\$373	108:070\$520
Créditos sobre outros bancos e caixas filiais	160:229\$458	430:318\$946	277:026\$511	217:015\$560	123:768\$376	174:619\$067	90:363\$897	134:939\$122	155:453\$668	106:824\$460
Letras descontadas a receber	163:671\$871	596:632\$178	938:848\$520	1.828:017\$745	1.698:197\$077	1.401:768\$952	556:728\$566	272:543\$009	319:265\$496	305:248\$912
Créditos sobre diversos	1:542\$265	2:910\$613	2:698\$590	2:860\$925	5:529\$925	3:893\$750	3:182\$600	3:050\$000	2:551\$700	2:768\$370
Total	363:709\$058	1.158:589\$613	1.422:808\$070	2.181:019\$988	2.046:596\$117	1.711:631\$948	755:415\$839	509:387\$909	553:489\$237	522:912\$262
Passivo										
Depósitos a vista	117:738\$325	136:078\$516	462:499\$651	465:193\$261	685:908\$225	325:457\$926	195:212\$706	190:776\$406	190:157\$899	219:512\$365
Depósitos a prazo						381:052\$670	31:295\$096	23:910\$473	42:875\$436	24:381\$572
Depósito total						706:510\$596	226:507\$802	214:686\$879	233:033\$335	243:893\$937

Credores diversos (outros bancos e caixas filiais)	236:352\$543	793:972\$222	949:682\$249	1.613:091\$877	1.281:758\$386	974:895\$267	515:117\$282	267:043\$810	310:269\$307	275:018\$915
Letras a pagar	9:618\$190	228:538\$875	10:626\$170	102:734\$850	23:765\$345	30:226\$135	13:790\$755	27:657\$220	10:186\$595	3:999\$400
Total	117:738\$058	1.158:589\$613	1.422:808\$070	2.181:019\$988	2.046:596\$117	1.711:631\$948	755:415\$839	509:387\$909	553:489\$237	522:912\$262

Fonte: AHMOP. **London and Brazilain Bank Limited**. Filial de Lisboa, 1863-1870

Continuação do Anexo 3

Ativo	1868		1869		1870
	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun
Dinheiro em caixa	46:244\$795	45:246\$591	37:817\$545	51:577\$221	59:248\$689
Créditos sobre outros bancos e caixas filiais	104:070\$706	124:274\$678	178:074\$949	175:148\$382	228:819\$290
Letras descontadas a receber	259:046\$864	206:726\$688	328:612\$660	252:522\$010	339:121\$407
Créditos sobre diversos	2:039\$120	921\$710	680\$625	622\$950	1:664\$600
Total	411:401\$485	377:169\$667	545:185\$419	479:920\$563	628:858\$986
Passivo					
Depósitos a vista	122:645\$667	115:730\$111	130:580\$858	98:076\$751	134:135\$747
Depósitos a prazo	11:270\$850	36:315\$040	39:614\$432	18:394\$570	25:305\$436
Depósito total	133:916\$517	152:045\$151	170:195\$290	116:471\$321	159:441\$183

Credores diversos (outros bancos e caixas filiais)	271:463\$063	213:963\$601	360:498\$749	360:620\$622	468:264\$333
Letras a pagar	6:021\$905	11:160\$915	14:491\$380	2:828\$620	1:153\$470
Total	411:401\$485	377:16\$667	545:185\$419	479:920\$563	628:858\$986

Fonte: AHMOP. **London and Brazilain Bank Limited**. Filial de Lisboa, 1863-1870

Anexo 4: Balanço do London and Brazilian no Porto 1864-1870

Ativo	1864		1865		1866		1867	
	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez
Dinheiro em caixa	74:778\$750	116:932\$810	57:286\$210	48:402\$359	26:216\$596	26:173\$991	25:888\$244	32:370\$687
Créditos sobre outros bancos e caixas filiais	84:599\$180	135:537\$125	180:373\$925	132:251\$500	173:590\$541	117:262\$668	128:420\$611	131:920\$210
Letras descontadas a receber	329:432\$750	168:154\$005	314:215\$295	172:636\$127	338:701\$264	243:634\$678	269:129\$176	288:390\$528
Diversas contas	1:564\$425	1:339\$460	1:697\$025	1:456\$140	1:162\$320	1:026\$115	974\$150	753\$735
Total	490:298\$455	421:963\$400	553:572\$455	354:746\$126	539:670\$721	388:097\$452	424:412\$181	453:435\$160
Passivo								
Depósitos à vista	118:375\$200	95:272\$225	171:815\$185	127:042\$148	73:171\$961	66:627\$978	60:196\$796	71:893\$897
Depósitos a prazo					113:516\$355	70:732\$635	85:013\$985	74:607\$710
Depósitos total					186:688\$316	137:360\$613	145:210\$781	146:451\$607
Credores diversos (outros bancos e caixas filiais)	353:072\$075	274:577\$745	316:797\$035	208:064\$798	332:913\$500	226:603\$189	268:552\$160	304:061\$703
Letras a pagar	18:851\$180	52:113\$430	64:960\$235	19:639\$180	20:068\$905	24:133\$650	10:649\$240	2:871\$850
Total	490:298\$455	421:963\$400	553:572\$455	354:746\$126	539:670\$721	388:097\$452	424:412\$181	453:435\$160

Continuação do Anexo 4

Ativo	1868		1869		1870
	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun
Dinheiro em caixa	40:427\$055	14:174\$462	21:038\$088	38:824\$342	21:974\$090
Créditos sobre outros bancos e caixas filiais	133:211\$388	124:512\$562	155:653\$105		157:560\$099
Letras descontadas a receber	233:112\$368	219:397\$057	252:452\$541	217:435\$065	232:630\$411
Diversas contas	727\$375	660\$000	620\$000	580\$000	543\$300
Total	407:478\$186	358:744\$081	429:763\$734	373:913\$218	412:707\$900
Passivo					
Depósitos à vista	85:615\$518	38:864\$738	53:362\$269	44:243\$102	63:219\$829
Depósitos a prazo	84:471\$033	84:490\$430	121:189\$665	132:085\$587	113:870\$947
Depósitos total	170:086\$551	123:355\$168	174:551\$934	176:328\$689	187:090\$776
Credores diversos (outros bancos e caixas filiais)	225:077\$440	226:830\$163	248:362\$770	196:451\$669	220:054\$554
Letras a pagar	12:134\$195	8:558\$750	6:849\$030	1:132\$860	15:562\$570
Total	407:478\$186	358:744\$081	429:763\$734	373:913\$218	412:707\$900

Fonte: AHMOP. London and Brazilain Bank Limited. Filial do Porto, 1863-1870